



Presidenciais Bancos problemáticos usados contra os dois principais candidatos

Francisco Louçã considera que o lucro obtido por Cavaco foi "um favor"



RUI GAUDÊNCIO

PS e BE aliam-se sobre BPN para atacar Cavaco Silva no Parlamento

PSD teve de defender-se das acusações dos partidos que apoiam Alegre.
"Não faço parte de nenhum *gang* que assaltou o BPN", disse Miguel Macedo

Sofia Rodrigues

● Foi com um violento ataque a Cavaco Silva que o líder do BE começou o debate no Parlamento sobre o BPN, acusando o Presidente da República de ter obtido um "favor" na venda das acções que detinha no banco. Mas também Eduardo Cabrita, deputado e membro do secretariado do PS, acusou Cavaco de "falta de sentido de Estado". O próprio candidato disse ontem que não irá acrescentar "nem mais uma palavra" sobre o BPN.

Francisco Louçã foi directo ao tema da campanha presidencial do momento. E acusou o Presidente de ter obtido mais-valias ao ganhar 147 mil euros por vender as 105.379 acções que detinha no BPN em 2003, depois de as ter comprado a um euro cada. "Esse negócio foi um favor. Ora, um responsável político não faz favores nem recebe favores. E este foi um favor raro", disse o líder do BE, fazendo distribuir uma cópia de um contrato do mesmo tipo mas mais recente, em que a SLN garante a outra pessoa a recompra das acções, "mas só lhes atribui

cinco por cento de valorização".

Mesmo depois de ter ouvido da boca do líder da bancada do PSD que o BE está a fazer a "campanha negra" de Manuel Alegre, Louçã subiu o tom. "A realidade deste buraco negro é quem com o seu poder político pode obter uma vantagem patrimonial que os portugueses não podem obter, uma vantagem patrimonial que decorre de um favor", apontou, para concluir que "um candidato que não é capaz de responder pela transparência não tem condições políticas para o ser".

Miguel Macedo qualificou como "indecente" a intervenção do líder bloquista. "Não faço parte de nenhum *gang* que assaltou o BPN. Nem eu nem o meu partido somos responsáveis", ripostou.

Pouco depois, o PS viria a retomar o tema da ligação do PSD ao banco nacionalizado em 2008. "O BPN é o símbolo de uma geração de gestores nascidos no caldo político das maiorias absolutas de Cavaco Silva", afirmou Eduardo Cabrita. O socialista voltou à carga, questionando sobre os custos para o BPN "resultantes das

declarações irresponsáveis denunciadoras da falta de sentido de Estado do candidato Cavaco Silva". Uma declaração que Luís Montenegro, do PSD, considerou um "descaramento". E em jeito de balanço do debate, este vice-presidente da bancada laranja acusou BE e PS de terem um "casamento político" em torno de Alegre e de quererem "instrumentalizar a campanha presidencial".

Tanto o PCP como o CDS não tocaram na ligação do BPN à campanha. Pelo CDS-PP, João Almeida assinalou que o BE se uniu com o PS para uma "campanha de branqueamento" do papel de "total incompetência" da supervisão bancária. Já o comunista Honório Novo salientou que o projecto de lei do BE em discussão - a responsabilização financeira dos gestores do BPN - não teria efeitos no caso concreto, dado que a lei impede o pagamento de qualquer indemnização.

O projecto de lei foi chumbado, com os votos contra do PS e do PSD, mas o projecto de resolução que pede uma auditoria à gestão do banco pós-nacionalização foi aprovado. Só o segundo

ponto - em que era pedida informação sobre créditos bancários - mereceu a reprovação do PSD.

Ontem, o Ministério das Finanças informou os grupos parlamentares de que as garantias estatais concedidas ao BPN serão transferidas para três novas sociedades (Parvalorem, Parparticipações e Barups) criadas no âmbito da reestruturação do banco.

Novo inquérito?

Na reunião de ontem da bancada do PS, um deputado, Marcos Sá, avançou com uma ideia que, para já, foi apenas registada pela direcção da bancada: reavaliar a hipótese de, a médio prazo, os socialistas pedirem nova comissão de inquérito ao caso BPN.

O que só aconteceria depois das audições do actual presidente do banco e do ministro das Finanças, na próxima semana. E depois, também, de se saberem os resultados das auditorias e avaliações do que se passou antes da nacionalização do BPN, há três anos.

Para já, a direcção da bancada socialista regista a ideia, mas diz que o assunto não está em cima da mesa.

Diz Marques Mendes

Cavaco vendeu acções da SLN abaixo do preço de outros accionistas

Cavaco Silva vendeu as suas acções na SLN - Sociedade Lusa de Negócios, dona do BPN, por um preço inferior ao que outros accionistas venderam na mesma altura (Novembro de 2003), ano anterior e no seguinte. As contas foram apresentadas ontem à noite por Marques Mendes no seu comentário semanal na Edição das Dez da TVL24.

De acordo com uma auditoria ao grupo SLN feita há dois anos e citada por Mendes, em 2002 houve vendas de acções a 2,67 euros, no ano seguinte a 2,80, em 2004 a 2,86. Em Novembro de 2003, quando Cavaco vendeu as 105.378 acções (compradas um ano antes a um euro cada) por 2,40 euros, houve vendas de outros accionistas a 2,61 euros. E o próprio banco, que comprou as acções a Cavaco, revendeu-as em Dezembro a 2,60 euros, acrescenta Marques Mendes.

"Não houve qualquer tratamento de favor", acredita o antigo ministro do PSD, que defende não ter havido ilegalidade. Cavaco apenas "fez um negócio como milhares de pessoas, pagou os respectivos impostos e fez a declaração que havia a fazer no TC quando foi eleito". Sobre o "segredo", ou seja, a quem Cavaco vendeu as acções - assunto em que Alegre insiste -, esse é de "policinelo": "Vendeu-as à SLN, tendo feito apenas uma carta a comunicar a intenção de vender (...) e a SLN fixou o preço porque não é empresa cotada. Tudo absolutamente normal."

Segundo a SIC, o despacho, manuscrito, de venda das acções à SLN Valor por 2,4 euros cada foi assinado por José Oliveira Costa, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco.

O assunto surge agora "porque aparentemente interessa a Manuel Alegre", para "disfarçar a derrota no debate televisivo com Cavaco" e "desviar as atenções das críticas internas" - e assim envereda por um "evidente acto de desespero". Mas também, defende Marques Mendes, porque "interessa a José Sócrates e ao Governo": o primeiro-ministro e os seus próximos (como Edite Estrela e Capoulas Santos) têm alimentado esta campanha e Sócrates "até parece que tem adiado a tomada de decisão sobre o futuro do banco para manter vivo o folhetim BPN na campanha" e "desviar as atenções da alhada em que se meteu" porque o buraco financeiro "é brutal". Tal atitude "está a prejudicar o erário público" - em dois anos foram levantados 2,2 mil milhões de euros de depósitos. **Maria Lopes**